



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS
2ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL - VERGUEIRO
RUA VERGUEIRO, 835, São Paulo-SP - CEP 01504-001
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1002209-42.2021.8.26.0016**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
 Requerente: **Raissa dos Santos Barbosa**
 Requerido: **Tweeter Brasil Rede de Informação Ltda. e outros**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Tais Helena Fiorini Barbosa**

Vistos.

Dispensado o relatório, nos termos do art. 38 da Lei nº 9.099/95.

FUNDAMENTO E DECIDO.

No caso dos autos, a prova documental é suficiente para o julgamento do pedido, porque a questão é de direito.

Em resumo, a parte autora argumenta haver se surpreendido com a divulgação, na rede, em endereço de conteúdos pornográficos, de vídeo de conteúdo íntimo. Diante das ofensas à imagem, à intimidade, a direitos outros da personalidade assegurados constitucionalmente, pediu à provedora de aplicação, Twitter Brasil Rede de Informação Ltda., o acesso a, entre dados outros, protocolos de *internet* (IP), horários e datas de acesso e fuso horário, a fim de individualizar os usuários ofensores. Havendo a provedora de aplicação prestado os dados pedidos, a parte autora prosseguiu a demanda contra o provedor de conexão, Digital do Lote XV Ltda. - EPP, a fim de que esse, utilizando os dados prestados pelo provedor de aplicação, individualizasse os ofensores. Pede que se condene a ré subsistente a prestar os dados individualizados, cadastrais, de seus usuários, informando os responsáveis pelos números de IP apresentados.

Em contestação, a parte ré argumenta, preliminarmente, sua ilegitimidade passiva, porque não deu causa à ofensa a direitos de personalidade da autora. Quanto ao mérito, argumenta restarem insuficientes as informações prestadas pelo provedor de aplicação, porque necessário informar-se das datas, horários de acesso e fuso horário, assim como das portas lógicas de origem respectivas, a fim de possibilitar a individualização dos usuários. Acrescenta ser excepcional o acesso a dados assegurados pela garantia constitucional do sigilo de dados e das



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS
2ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL - VERGUEIRO
RUA VERGUEIRO, 835, São Paulo-SP - CEP 01504-001
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

comunicações.

Por primeiro, afasto a preliminar argumentada, reconhecendo a legitimidade da parte ré, provedora de conexão à *internet*, para o polo passivo desta demanda. A contrário do argumentado pela ré, a parte autora, nestes autos, não pretende responsabilizá-la pelas ofensas a direitos de sua personalidade, mas obrigá-la a, diligenciando por seu dever de guarda de dados, prestar os dados individualizados daqueles que, por meio dos serviços providos pela ré, veicularam em rede conteúdo íntimo da autora. Portanto, constata-se a pertencibilidade subjetiva entre o direito pleiteado - o acesso a dados individualizados dos usuários, ofensores -, e a parte ré, quem, por dever legal, armazena os dados aos quais se pretende o acesso.

Quanto ao mérito, o pedido é **procedente**.

A Lei de nº 12.965/14, denominada Marco Civil da *Internet*, fundamenta o fornecimento dos serviços de *internet* na liberdade e diversidade da rede, restringindo a guarda e o acesso a informações dos usuários a situações jurídicas excepcionais, em que demonstrado o dano ou a ameaça de dano a direito da personalidade - a imagem, p. ex., direito assegurado na cláusula do art. 5º, X, da Constituição Federal de 1988. No mesmo sentido, nos termos de seu art. 18, exime os provedores de conexão à *internet* de responsabilidade civil por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros. Tratam-se, entre outras, de diretrizes legais destinadas a, assegurando a inviolabilidade da rede, proporcionar um ambiente diverso, plural, de fornecimento e consumo democráticos dos serviços de *internet*.

Para tanto, o normativo principia um microsistema de responsabilidade próprio, o qual, desenhando-se segundo a pluralidade, a democracia do acesso e uso da rede, possibilita, a fim de tutelar direitos básicos dos usuários - o direito à imagem, à intimidade, e outros da personalidade, violados no caso, porque divulgou-se, na rede, sem consentimento da autora, vídeo de conteúdo íntimo, em página de conteúdos pornográficos -, o acesso, excepcional, a dados de usuário, necessários a se individualizar o autor das ofensas, os quais os provedores de conexão, a despeito de eximidos da responsabilidade pelo conteúdo de terceiros, incumbem-se de guardar e diligenciar, divulgando-os oportunamente. Consultando-se o entendimento do E. Superior Tribunal de Justiça, tem-se que "[o] propósito da norma foi criar instrumental que consiga, por autoridade constituída e precedida de autorização judicial, acessar os registros de conexão, rastreando e sancionando eventuais condutas ilícitas perpetradas por usuários da internet e inibindo, de alguma forma, a falsa noção de anonimato no uso das redes." (STJ. Recurso Especial



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS
2ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL - VERGUEIRO
RUA VERGUEIRO, 835, São Paulo-SP - CEP 01504-001
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

de nº 1859665/SC, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe 20.04.2021) (g.n.).

O E. Tribunal de Justiça, a propósito, tem reiterado entendimento de que os provedores de conexão à *internet* responsabilizam-se pela guarda de dados cadastrais de seus usuários, valendo-se, entre outros, dos protocolos de *internet* (IP) e das portas lógicas de origem, de modo a individualizar os autores das ofensas veiculadas. Consultando-se o entendimento do E. Tribunal, tem-se que "[...] tanto os provedores de conexão à internet quanto os provedores de aplicação têm o dever de adaptarem seus bancos de dados para assegurarem o armazenamento dos registros com a informação da 'porta lógica de origem' utilizada durante o período de transição do sistema IPv4 para o IPv6. Isso porque a porta lógica constitui em informação indissociável para correta identificação do IP, na versão 4 (IPv4). [...] Seguindo essa linha de raciocínio, é certo que a provedora de conexão (Telefônica) fornece de modo automático o número de IP e a porta lógica aos seus usuários, tendo o dever de guardar tais informações." (TJ-SP. Apelação Cível de nº 1062582-83.2018.8.26.0100, Rel. Des. Clara Maria Araújo Xavier, 8ª Câmara de Direito Privado, DJe 08.07.2021) (g.n.).

Havendo o provedor de aplicação à *internet*, Twitter Brasil Rede de Informação Ltda., fornecido dados suficientes de IP, data e horário de acesso, fuso horário, e incumbindo também ao provedor de conexão, ora parte ré, a guarda de dados respectivos a portas lógicas de origem, pelas quais se pode individualizar o acesso em caso de protocolos de tipo CGNAT - IPv4, subsiste a responsabilidade da ré por franquear à autora, adotando as diligências necessárias, o acesso a dados individualizados dos autores das ofensas - no mesmo sentido, o entendimento do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, de que se estende ao provedor de conexão o dever de guarda dos registros de conexão e demais dados pertinentes, incluindo-se dados respectivos à porta lógica de origem, como reiterado, entre outros, no Agravo de Instrumento de nº 2111482-84.2021.8.26.0000, Rel. Des. Gomes Varjão, 34ª Câmara de Direito Privado, DJe 22.06.2021, e na Apelação de nº 1001452-68.2020.8.26.0441, Rel. Des. Mario A. Silveira, 33ª Câmara de Direito Privado, DJe 14.05.2021.

Ainda, como a parte autora demonstra, em resposta à peça contestatória (fls. 145 a 147), constam dos dados prestados pelo provedor de conexão os dados respectivos ao fuso horário de cada acesso. Quanto aos dados respectivos às portas lógicas de origem, esses inserem-se na responsabilidade de guarda do provedor de conexão, de modo que, nos termos do art. 10, cabeça, e §1º, do Marco Civil da *Internet*, procede o pedido da parte autora, de obrigar a ré a



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS
2ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL - VERGUEIRO
RUA VERGUEIRO, 835, São Paulo-SP - CEP 01504-001
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

fornecer os dados dos usuários, essa adotando as diligências necessárias, sem embargo dos limites inerentes à tecnologia, diante dos dados suficientes prestados, nestes autos (fls. 54 a 91), pelo provedor de aplicação.

Pelos motivos expostos, julgo **PROCEDENTE** o pedido, condenando a parte ré a prestar os dados individualizados, cadastrais, de seus usuários, informando os responsáveis pelos números de IP apresentados, concedendo-se, em respeito aos limites inerentes à tecnologia, à possibilidade jurídica do pedido, no prazo de 30 (trinta) dias a contar do trânsito em julgado, para identificação dos usuários.

Nos termos do art. 55 da Lei nº 9.099/95, deixo de condenar às verbas da sucumbência.

Observação: o valor do preparo, nos termos da Lei Estadual nº 11.608/2003 e nº 15.855/2015, poderá ser encontrado por meio de meros cálculos aritméticos, devendo ser calculado da seguinte forma: 1) na hipótese de condenação será de 1% do valor da causa, respeitando o valor mínimo de 5 UFESPs + 4% do valor da condenação, respeitando o valor mínimo de 5 UFESPs; 2) na hipótese de condenação ilíquida ou sendo inestimável o proveito econômico, ou ainda em caso de improcedência, será de 1% do valor da causa, respeitando o valor mínimo de 5 UFESPs + 4% do valor da causa, respeitando o valor mínimo de 5 UFESPs.

P. R. I.

São Paulo, 15 de julho de 2021.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**